

Prêmio para os especuladores

Júlio Miragaya *

Nas últimas semanas, o mundo tem sido atormentado por dois flagelos: um natural, o furacão *el niño*, e outro, criado pelo homem, a "crise asiática" que assola as bolsas de valores dos cinco continentes. Com certeza, o segundo tem sido mais avassalador para a humanidade. Não obstante a arrogância e a auto-suficiência da equipe econômica de FHC, que dizia que o Brasil não sentiria o impacto da crise econômica no Sudeste Asiático, ela chega ao nosso país com toda a força.

No dia 28 de outubro, diante da iminência de um colapso do Plano Real, o Banco Central queimou US\$ 7 bilhões de nossas re-

O governo deverá gastar em 1998, com "meia dúzia" de banqueiros e especuladores, mais do que com toda a sua folha salarial

servas e segurou a cotação da moeda nacional. Em seguida, para impedir a fuga de investidores estrangeiros, dobrou a taxa de juros, tornando-a a maior do mundo (36% ao ano, em termos reais).

Os prejuízos para a economia nacional são enormes. Os gastos adicionais com o pagamento de juros da dívida mobiliária do setor público poderão chegar a R\$ 1,2 bilhão/mês, e as despesas nesta rubrica, hoje da ordem de R\$ 30 bilhões/ano (4% do PIB) poderão chegar a R\$ 44 bilhões em 1998. Obviamente que isto compromete uma parcela ainda maior do orçamento com pagamento de juros, significando mais cortes nos gastos sociais e maior arrocho salarial sobre o fun-

cionalismo público.

Deve-se ressaltar que o governo FHC deverá gastar em 1998, pagando juros generosos a "meia dúzia" de banqueiros e especuladores, mais do que com toda a folha salarial de 1,3 milhão de funcionários públicos.

A política de juros elevados de FHC fez triplicar a dívida mobiliária do setor público, nos últimos três anos tendo esta fechado outubro em R\$ 277 bilhões. Além disso, ele eleva os gastos das empresas, encarece o crédito ao consumidor, comprime o consumo, que leva à redução da atividade econômica.

Para bancar o aumento nos gastos com juros, a equipe econômica elaborou um conjunto de 51 medidas, com o objetivo de levantar R\$

20 bilhões, envolvendo corte de gastos e incremento de receita. As medidas se dividem entre as de natureza recessiva, as de elevado custo social, as que provocarão impacto inflacionário e outras que afetarão as finanças de estados e municípios. Tudo isto para beneficiar banqueiros e especuladores.

Mas o que é pior é que a equipe econômica de FHC, exceto em duas tímidas medidas, não ataca o problema central que é o rombo nas contas externas do país, que colocou o Brasil à beira do colapso econômico.

O escancaramento das fronteiras nacionais à livre circulação de mercadorias, serviços e capitais tem sido catastrófico para o país. O

continuo e crescente déficit na balança comercial (US\$ 9 bilhões em 1997) num país com déficit estrutural na balança de serviços (US\$ 27 bilhões em 1997) constitui-se num verdadeiro suicídio. O país fechará 1997 com um déficit nas transações correntes de US\$ 34 bilhões, mas a equipe econômica do governo, de forma arrogante e irresponsável, diz que financiar esse déficit não é problema, pois os recursos são abundantes, na forma de investimentos diretos e nas bolsas de valores, empréstimos e financiamentos de curto, médio e longo prazos.

Ocorre que se os investimentos diretos crescem de forma ace-

As medidas têm natureza recessiva, elevado custo social, provocarão impacto inflacionário e afetarão as finanças públicas

l e r a d a , cresce na medida proporcional a remessa de lucros e dividendos, impactando negativamente a conta Serviços; se cresce a captação de dólares na forma de empréstimos e financiamentos, aumentam também os gastos com o serviço da dívida externa, que em 1997 devem somar US\$ 33 bilhões (13 de juros e 20 de amortizações do principal), nada menos do que 64% das exportações previstas. E quanto aos investimentos em bolsa, de fato, o saldo aumentou de R\$ 1,7 bilhão em 1992 para R\$ 8 bilhões em 1996, um resultado excepcional, não fosse a extrema volatilidade destes capitais.

Em suma, a entrada destes capitais resolve o problema imediato, mas traz um agravante para o próprio equilíbrio do balanço de paga-

mentos a médio prazo.

Tudo isso para sustentar um modelo imposto de fora, copiado das cartilhas dos órgãos (FMI, BIRD, OMC e OCDE), que monitoram a economia mundial em nome dos interesses dos grupos transnacionais e dos países centrais.

A conclusão evidente é que o governo FHC levou o país à beira do precipício com sua política suicida nas contas externas. Com a crise nas bolsas de valores e o ataque dos especuladores, para salvar o Plano Real e evitar o colapso da moeda e das contas externas brasileiras, dobrou a taxa de juros, num esforço desesperado de manter atraente o

mercado financeiro do país aos investidores especuladores internacionais. O au-

mento dos gastos com juros ele repassa para os trabalhadores e a classe média. Mexer na política tarifária de forma efetiva, nem pensar, pois desagrada aos patrões do FMI. E mexer na taxa de câmbio, menos ainda, pois perderia sua maior "moeda eleitoral", que é o Real valorizado, mesmo que artificialmente, nem que para isto tenha que jogar o país e o seu povo no fundo do poço.

Parece que o flagelo do Brasil não é o *el niño* e nem mesmo a "crise asiática". O verdadeiro grande flagelo que assola o país chama-se "FHC".